

A INTERFACE REGIONAL: REDES INSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

Acácio José Lopes Catarino / Prof. Dr. UFPB

Pesquisas empreendidas inicialmente para demarcar a presença dos homens livres no Recife colonial demonstraram uma atuação de órgãos públicos encarregados do gerenciamento do espaço urbano de modo mais coerente e profundo do que o admitido na bibliografia (CATARINO, 1983; 1985). Desenvolvida entretanto como dissertação de mestrado e envolvendo investigação nos acervos do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE e por meio da literatura dos viajantes, indicava de modo mais direto que o Estado reformista ilustrado tinha como interlocutor não apenas as elites proprietárias mas inclusive a massa de moradores, visando a elaboração de condições que permitissem incorporá-los ao programa normativo de reordenação da cidade que ocorria desde o limiar da descolonização (CATARINO, 1992).

Órgãos como a Intendência da Marinha, o Real Corpo de Engenheiros e a Inspetoria do Trem (depois Arsenal de Guerra), além do serviço de Obras Públicas e a mapoteca do Arquivo Militar, permaneceram como esteio das diretrizes administrativas até pelo menos 1831, apesar das freqüentes mudanças de governo na província. Por outro lado, ao se inventariar sua origem no organograma administrativo, tornava-se explícito que pertenciam a uma lógica governativa mais ampla e que tinha suas raízes num momento anterior, tanto no período pombalino (1755-1777) como no que poderia ser definido para a capitania de Pernambuco e anexas como uma política de compromisso pós-pombalino (1777-1817) e que prosseguiu mesmo na conjuntura de excepcionalidade para Pernambuco (1817-1831 e mesmo após).

Justificava-se então o aprofundamento sobre o programa de ordenamento pelo Estado reformista ilustrado por meio de uma tese de doutoramento. Mas levantamento prévio realizado na historiografia corrente revelou que as vertentes interpretativas, de fundo seja liberal, weberiano ou marxista, privilegiavam no Brasil a República e o Império, a partir do conceito de Estado-nação. Como a condição colonial negava *per si* a perspectiva de uma “acumulação prévia de poder” endógena, fixavam-se nas manifestações da burocracia como derivadas (ou desviantes) do enquadramento na dominação senhorial escravista.

Uma outra via parecia mais consistente ao enfatizar a participação das elites burocráticas na construção de um aparato administrativo centralizador e autoritário. Um padrão comum emergia entretanto desta leitura: a colocação da questão do Estado como um dado prévio e universal, sem questionar sua inserção na arquitetura do poder da sociedade inclusiva. Assim esterilizado, o

“fenômeno burocrático” era passível de uma análise comparativa mesmo em termos da racionalidade gerencial contemporânea.

Verificou-se portanto que o ponto de partida para uma perspectiva que operasse para além de uma projeção retrospectiva e permitisse aprofundar eixos de investigação mais concretos *no decorrer da experiência colonial* dependia de uma revisão das categorias ordenadoras em uso e um deslocamento no foco de interesse heurístico que possibilitasse ir além do enfoque **a partir de** adscrições sociais e institucionais.

As conclusões iniciais da investigação foram reunidas em artigo que constatava não apenas a participação de militares especialistas (treinados nos âmbitos da “ciência” da Engenharia ou da “arte” da Artilharia) nos reordenamentos que sofria a cidade colonial, mas na indissociabilidade dos liames entre a cidade e o império para seu devido enquadramento (CATARINO, 1995).

O que começou como um estudo sobre a burocracia militar portuguesa no âmbito local refinava seus pressupostos, tornando-se uma investigação particularizada acerca das mudanças de fundo que se estabeleciam nas relações entre Estado e sociedade, a par de um viés metodológico que privilegiou a análise institucional pela ótica cultural, dado que política é antes de mais nada sentido.

Conceitos como os de modernidade/modernização (tal como expressos em HERF, 1993, e GUERRA, 1993), de territorialismo (calcado em Braudel por ARRIGHI, 1996) e de matrizes culturais ibéricas (calcado em Morse por BARBOSA FILHO, 2000) foram pontos de partida fundamentais na análise deste processo, que recua séculos para ser inteligível.

O Reformismo Absolutista Ilustrado, fenômeno multifacetado, é essencialmente um programa de regulação que procurou conjugar de modo mais estreito *saber* ao *poder*. A resolução das modernizações absolutistas por meio de crises políticas (manifestações, é claro, que ultrapassam o universo ibérico e iberoamericano) não pode encobrir que elas consistem em uma dupla empresa de homogeneização da sociedade.

De um lado, generaliza-se nos círculos letrados a grande mutação nas idéias e comportamentos na medida em que centram-se os valores fundamentais na vontade do indivíduo guiado no campo da razão. Mas a mudança nos padrões de representação do poder é inseparável da análise acerca da redistribuição de poderes decorrente da pressão do Estado Absolutista, ao deslocar o estatuto pluralista dos corpos em favor de um enquadramento diádico entre súditos e governantes, e que resultaria posteriormente na uniformização jurídica.

Se o reformismo ilustrado permitia enfim concretizar com princípios programáticos uma razão de Estado para bem além das manobras táticas que o maquiavelismo já prescrevia, por outro

lado instituíva desequilíbrios importantes entre seus objetivos modernizantes e os registros institucionais e simbólicos tradicionais, nos quais efetivamente resguardava sua legitimidade.

A centralização caminhava para a construção do Estado-nação no interior de um sistema interestatal moderno, mas a adoção de estratégias neste sentido estava associada a heranças no limite não-manipuláveis, desde que conformavam os próprios substratos que ordenavam os reinos do Antigo Regime. Recuperar estas estratégias alternativas significa pressupor trajetórias históricas *no Ocidente* diferenciadas daquela que tornou-se hegemônica, concretizada nas experiências capitalistas modelares da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Como os Estados ibéricos afirmam-se não só na Europa mas lidam com realidades múltiplas em seus domínios na América, África e Ásia, a dimensão espacial constitui um componente essencial de suas diretrizes políticas. Portanto, ao se questionar sobre porque certos temas foram assumidos como fundamentais e porque certos instrumentos institucionais e doutrinários foram selecionados, necessariamente se deve levar em conta que este redirecionamento se processa de maneira diferenciada à medida em que se distanciam para as periferias sociais e espaciais do Império.

Os passos finais do Reformismo Absolutista Ilustrado nos domínios americanos das Coroas ibéricas foram caracterizados pelo signo da descolonização. As “independências” recobrem na verdade duas camadas em movimento, de expressões distintas: uma, conjuntural, de reforma institucional e autonomização de corpos políticos nacionais; outra, que substitui a ordenação absolutista pela legitimidade de cunho liberal e que comporta o longo (dolorosamente longo) prazo para se realizar.

A forma de governo feudal típica era segmentada espacialmente, dada a multiplicidade de estratos vassálicos e enclaves autônomos que podia admitir. Mas a soberania moderna caminha para a institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes (ARRIGHI, 1996). A subsunção exclusivista das identidades a um *regnum* (um conjunto etnocultural submetido a uma dinastia estabilizada) e sua delimitação espacial estrita já eram questões fundamentais da centralização absolutista, expropriando ou abrandando vinculações mais eminentes (como à comunidade de fé católica) ou inclusivas -- como ao estamento, à família e à “pequena pátria” onde todos nascem (SILVA & HESPANHA, 1994).

A tendência pode ser surpreendida cristalinamente mesmo nas monarquias de recorte continental, como no império hispânico carlista: “En este sentido, los reinos de Indias son el último y más fuerte baluarte del pactismo y de la antigua estructura plural de la Monarquía, hasta el punto de que la principal distinción entre las “Espanñas” de finales del XVIII será la que separe la España peninsular de la España americana” (GUERRA, 1993, p. 63). No Portugal pombalino, a preeminência da Corte e uma comunidade relativamente consolidada internamente não punha

grandes problemas a este respeito. Mas nos componentes extra-europeus de um Império-arquipélago, como estas identidades poderiam ser formuladas de modo a superar sua heterogeneidade ?

A resposta ao controle do território (e de seus habitantes) é simultânea à resolução da distribuição de poderes segundo a norma absolutista. Mas sua linha bissetriz recai na canalização / contenção das demandas de identidades próprias aos diferentes estatutos sociais e territoriais no interior do Império. Seria nas periferias dos impérios com centro na Europa, então, que certas noções, como a pertença a uma nação no sentido moderno, teriam uma rica história a ser investigada. E como uma questão que procure reter seus nexos com as dinâmicas de constituição do mundo contemporâneo.

Nesta segunda metade do século XVIII a confluência controle territorial/redistribuição dos poderes manifesta-se como uma **interface regional** de interesses contraditórios e alianças estruturais, campo onde se mobilizam e se desfazem imagens grandiosas de impérios. Ela nasceria como realidade administrativa, até desdobrar-se em representações a partir das quais projetos políticos seriam polemizados.

Desde os primeiros cronistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano até a produção de cunho marxista, a discussão acerca da anexação da Paraíba a Pernambuco de 1756 a 1799 tem sido usualmente tratada como parte de uma querela interprovincial pela hegemonia na região, traduzida seja em termos político-administrativos, seja em termos de acumulação de rendas (FERNANDES, 1991; MACHADO, 1977; MEDEIROS, SÁ, 1999; MELO, 1997; OLIVEIRA, 1985; SANTANA, 1990; SILVEIRA, 1999). Nada é tão simples, nem tão localizado, e sim obedece a lógicas mais amplas. Inicialmente, em que termos poderia conformar-se uma “região”? Como estava ela própria começando a ser formulada?

Na verdade, trata-se inicialmente de uma regulamentação similar à que ocorreu na monarquia francesa, tal como descrita por Tocqueville (1989, em especial no capítulo V: de “como a centralização conseguiu introduzir-se no meio dos antigos poderes e suplantá-los sem destruí-los”). Ao contrário do caso francês, entretanto, Portugal não tinha senhorios opositores a este nível (MONTEIRO, 1994) e portanto a **interface regional** seria criada na onda da própria modernização absolutista.

No período de conquista e colonização inicial a maior parte dos territórios estava amarrada a uma jurisdição administrativa típica, dominada por uma cidade principal (simultaneamente praça-forte e praça mercantil) como cabeça de uma vasta circunscrição, com suas comarcas outro tanto espargidas, superpostas a comunidades locais, que podiam ser bastante arreadas a uma presença mais direta do Estado. Ultrapassar esta compartimentação de poderes, incrustada na aparente uniformidade jurisdicional, exigiria atualizar a repartição do espaço administrativo, ao mesmo

tempo em que impunha rupturas na sua representação, o que terminaria por assumir um caráter político marcado na conjuntura das independências.

Cumpria redistribuir a grade espacial dos poderes. Estas novas regulações pressupunham entretanto instâncias de governo de natureza mais objetiva, correspondentes a uma unidade fiscal e a linhas hierárquicas mais unívocas que as anteriores. Avaliava-se assim a possibilidade de uma divisão territorial mais uniforme dos domínios, evitando descontinuidades por meio de representantes do rei mais próximos destas realidades localizadas.

Este movimento pode ser surpreendido com a introdução na periferia americana de níveis intermediários de autoridade, que se observa inicialmente no regime de capitanias anexas. Elas permitiriam uma racionalização que não só expurgava as duplicidades causadas pela sobreposição de órgãos para cada capitania como também viabilizava a extensão de uma rede de supervisão dos colonos e seus dependentes que iria bem além da modelar porém reduzida abrangência da Intendência Geral de Polícia, tão importante na Corte lisboeta mas que chega ao Brasil tardiamente e de modo localizado, após a vinda ao Rio de Janeiro de Dom João VI (PECHMAN, 2002).

Portanto, em meio aos diversos níveis nos quais se desdobra o processo de uniformização legal e institucional que a Corte enseja, como matriz da centralização, as interfaces regionais se apresentam como espaço privilegiado para sua observação. Manifestadas por uma rede urbana hierarquizada distribuída por todo o território controlado pela Coroa, é nas vilas que interpenetram-se as diferentes hierarquias político-administrativas dos planos imperial ao local (GONÇALVES, 1999; MATTOS, 1987).

A dinamização de determinados núcleos urbanos (como São Paulo, Belém, São Luís e Recife, além das capitais Salvador e Rio de Janeiro), observável por exemplo na iconografia e nos relatórios dos capitães-generais, denuncia a polarização que estas vilas e cidades exercem sobre um entorno crescente e a convergência de ganhos entre camadas oligárquicas urbanas e os poderes do centro neste momento (LYRA, 1994).

Centro e periferias, portanto, constituíram-se como realidades sócio-econômicas, políticas, culturais (e, vale dizer, documentais) no decorrer de um processo de longa duração, como resultantes de um jogo entre participantes que necessita ser acompanhado para cada momento. ‘Estas especificidades no son el signo de un estatuto “colonial”, sino que responden a la naturaleza misma de las comunidades políticas de Antiguo Régimen, de por si heterogéneas’ (GUERRA, 1993, p. 62).

A representação concatenada do poder da Coroa nas periferias políticas espaciais seria obra, em grande parte, de funcionários como os militares especialistas, que após demarcarem a fronteira com sua contraparte espanhola, trataram de inventariar os territórios “internos”. Até pouco tempo atrás pouco estudados em seu diferencial de saberes específicos (ao contrário de magistrados e sacerdotes), procurou-se incorporar a produção dos militares especialistas sob nova luz, ao estudá-los como agentes privilegiados desta nova representação do espaço politicamente organizado (CATARINO, 2002).

Ao servirem nos escalões intermediários da hierarquia governativa, compondo parcela importante dos corpos administrativos ligados à formulação técnica, formação de quadros e disciplinamento na execução de medidas determinadas pelos representantes do Rei, os militares especialistas foram vínculos fundamentais na subministração às populações locais de elementos do Estado de Polícia (ASTUTI, 1984; SCHIERA, 1984).

Se um movimento pedagógico de divulgação massiva de uma identidade nacional seria obra de períodos bem posteriores (tendo como marcos fundamentais de consolidação o centenário de 1922 e o Estado Novo), a descolonização marcaria o ápice e o desfecho de uma tradição narrativa que não só manifesta um novo patamar de representações sobre a conquista, mas que também compõe a base dos registros que marcariam as identidades da nação, do Estado e da região.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- ASTUTI, G. O Absolutismo Iluminado em Itália e o Estado de Polícia. In: HESPANHA, A. M. (ed.). *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Gulbenkian, 1984. p. 249-306.
- BARBOSA FILHO, R. *Tradição e artifício: iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- CATARINO, Acácio J. L. A face oculta: mercado interno e artífices no Pernambuco colonial. In: *Monografias apresentadas ao Curso de História*. Recife: DH/UFPE, 1983. p. 93-136.
- _____. *A Interface Regional: militares e redes institucionais na construção do Brasil (1780-1830)*. 2002. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo.
- _____. Cidade e Império na política de compromisso pós-pombalina. *Saeculum*: João Pessoa, n. 1, p. 75-88, 1995.
- _____. Considerações sobre o comércio ambulante nos inícios do século XIX. *Arrecife*: Recife, v.1., p. 11-18, 1985.

_____. *Da oficina ao arsenal: Estado e reordenações urbanas no limiar da descolonização*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - UFPe, Recife.

FERNANDES, Irene. *Processo de ocupação do espaço agrário paraibano*. João Pessoa: NDIHR, 1991.

GONÇALVES, Regina *et al.* *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1999.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias*. DF-Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Educamp, 1993.

LYRA, M. V. *A utopia do poderoso império (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, Maximiano. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1977.

MATTOS, Ilmar de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, M. do Céu; SÁ, Ariane. *O trabalho na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1999.

MELO, J. Octávio. *História da Paraíba*. 5^a ed., João Pessoa: UFPB, 1997.

MONTEIRO, Nuno. Os concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1994.p. 303-31.

OLIVEIRA, Elza. *A Paraíba na crise do século XVIII*. Fortaleza: BNB, 1985.

PECHMAN, Robert. *Cidades estreitamente vigiadas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

SANTANA, Martha. *Nordeste, açúcar e poder*. João Pessoa: UFPB, 1990.

SCHIERA, P. A “Polícia” como síntese da ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado. In: HESPANHA, A. M. (ed.). *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Gulbenkian, 1984. p.307-19.

SILVA, Ana da; HESPANHA, A. M. A identidade portuguesa. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1994.

SILVEIRA, Rosa *et al.* *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1989.